



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

GILVANEIDE COSTA DE LIMA

**A LEI 10.639/03 E SUA PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
INFANTIL FUNDAMENTAL FIRMO SANTINO DA SILVA**

Guarabira/PB
2014

GILVANEIDE COSTA DE LIMA

**A LEI 10.639/03 E SUA PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
INFANTIL FUNDAMENTAL FIRMO SANTINO DA SILVA**

Monografia apresentada ao **Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares** da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau especialista.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosilda Alves Bezerra

Guarabira/PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L732I Lima, Gilvaneide Costa de
A Lei 10.639/03 e sua Prática na Escola Municipal de Ensino Fundamental Firmo Santino da Silva [manuscrito] : / Gilvaneide Costa de Lima. - 2013.
40 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2013.
"Orientação: Profa. Dra. Rosilda Alves Bezerra, Departamento de LETRAS".

1. Ensino de História. 2. Cultura Africana. 3. Cultura Afro-Brasileira. I. Título.

21. ed. CDD 370.981

GILVANEIDE DE COSTA LIMA

**A LEI 10.639/03 E SUA PRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO
INFANTIL FUNDAMENTAL FIRMO SANTINO DA SILVA**

Monografia apresentada ao **Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares** da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau especialista.

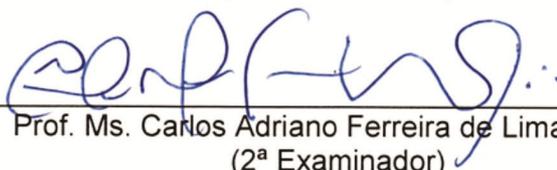
Aprovada em: 19/julho/2014



Profª. Drª. Rosilda Alves Bezerra /UEPB
(Orientadora)



Profª. Drª. Maria Suely da Costa /UEPB
(1ª Examinadora)



Prof. Ms. Carlos Adriano Ferreira de Lima/ UEPB
(2ª Examinador)

Guarabira/PB
2014

AGRADECIMENTOS

AGRADEÇO A DEUS, PAI, TODO PODEROSO E CRIADOR DE TODAS AS COISAS.

À ORIENTADORA, PROFESSORA ROSILDA ALVES, PELO APOIO, PACIÊNCIA E DEDICAÇÃO.

AGRADEÇO A MINHA FAMÍLIA EM GERAL, EM ESPECIAL MEU ESPOSO; SERGIO GOMES DO NASCIMENTO, PELO APOIO E COMPREENSÃO.

A MINHA FILHONA, DINARA LAIANA DE LIMA COUTINHO, PELA COMPREENSÃO, APOIO E COLABORAÇÃO.

AO MEU FILHÃO, SÉRGIO GOMES, POR TUDO.

ÀS COLEGAS DA ESPECIALIZAÇÃO, ESPECIALMENTE, GERLANE E NELI.

RESUMO

A presente monografia trata da Lei 10.639/03 e sua prática na Escola Municipal de Ensino Infantil Fundamental Firmo Santino da Silva. A Lei Federal obriga a inserção dos estudos de história e cultura afro-brasileira e sua aplicabilidade no âmbito do currículo escolar. Essa medida tem como ponto fundamental valorizar a cultura negra e sua contribuição ao Brasil nas diversas áreas: social, econômica e política brasileira. O trabalho busca destacar de que forma a aplicabilidade da Lei ocorre na referida Escola Municipal em Alagoa Grande e quais medidas afirmativas e inclusivas foram tomadas ao longo dos dez anos da lei, principalmente na área das questões etnoraciais, reafirmando a valorização da cultura negra, o respeito a diversidade, por meio da educação que funciona como um instrumento relevante para a promoção da cidadania e o estudo das contribuições das diferentes culturas e etnia para a formação do povo brasileiro. A educação inclusiva visa a criar igual oportunidade de sucesso escolar para todos os alunos, independente de seu grupo étnico racial e social e, nesse sentido, a implementação da Lei 10.639/03 consiste em uma oportunidade de diálogo e de promover a igualdade, assim como a possibilidade de adotar uma valorização de culturas historicamente marginalizadas, como a africana e a afro-brasileira. Esta pesquisa tem como objetivo geral de pensar em conjunto com a comunidade escolar sobre uma proposta pedagógica que possa atender as necessidades étnico-raciais dentro das práticas cotidianas segundo a Lei 10.639/03.

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Ensino de História; Cultura Africana; Cultura Afro-Brasileira.

ABSTRACT

This monograph deals with the Law 10.639/03 and its practice at the Municipal School of Child Elementary Education Firmus Santino da Silva. Federal law requires the inclusion of studies of history and african-Brazilian culture and its applicability within the school curriculum. This measure has the essential point value black culture and its contribution to various areas in Brazil: Brazilian economic and social policy,. The work seeks to highlight how the applicability of the Act occurs in said Municipal School in Alagoa Grande and what affirmative and inclusive measures were taken throughout the ten years of the law, especially in the area of etnorraciais issues, reaffirming the appreciation of black culture, the respect for diversity through education that serves as an important instrument for the promotion of citizenship and the study of the contributions of different cultures and ethnicity to the formation of the Brazilian people. Inclusive education seeks to create equal opportunity for academic success for all students, regardless of their racial and social and ethnic group, in this sense, the implementation of Law 10.639/03 consists of an opportunity for dialogue and to promote equality, as well as the possibility of adopting an appreciation of historically marginalized cultures, such as African and african-Brazilian. This research aims to describe thinking in conjunction with the school community on an educational proposal that can meet the ethnic-racial needs within the everyday practices according to Law 10.639/03.

Keywords: Law 10.639/03; Teaching of History; African Culture; Afro-Brazilian Culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 A ESCOLA E A LEI 10.639/03 E SUA APLICABILIDADE EM SALA DE AULA.....	11
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DA ESCOLA FIRMO SANTINO DA SILVA	15
1.2 CURRÍCULO ESCOLAR DIANTE DA LEI FEDERAL NA ESCOLA FIRMO SANTINO DA SILVA.....	17
2 PRÁTICAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS 21	
2.1 O PROFESSOR E A PRÁXIS PEDAGÓGICA NA APLICABILIDADE DA LEI E NAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS.....	26
2.2 O ALUNO E SUAS RELAÇÕES COTIDIANAS NO AMBIENTE ESCOLAR	27
3 A CONTEMPLAÇÃO DA LEI 10.639/03 E A INTERAÇÃO COM O SUJEITO	29
3.1 AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS.....	31
3.2 AÇÕES E EXPOSIÇÕES: VIVÊNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE AFIRMAÇÕES IDENTITÁRIAS.....	34
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

A cultura afro-brasileira é parte constituinte da identidade do nosso país, tornando necessário estimular o ensino sobre o tema, levando-o a prática escolar a partir do ensino infantil. Desde sua chegada ao Brasil, os africanos passaram a fazer parte e contribuir para construção histórica da nação. Seus hábitos culturais foram mesclados com os dos povos que já habitavam no nosso território, criando assim uma nova cultura.

É do conhecimento de todos a junção cultural entre brasileiros e africanos. Muitos brasileiros tomaram posse de costumes africanos e nem sempre se dão conta, não a valorizam, não procuram entendê-la e alguns agem de forma preconceituosa e não respeitam essa prática. Acreditamos que uma das soluções para minimizar esse efeito seja estimular desde cedo o ensino da cultura afro-brasileira, seguindo os preceitos da Lei 10.639/03 que, infelizmente não é colocada em prática em todas as redes de ensino.

A aplicação dessa Lei apresenta para as escolas desafios que demandam de todos os profissionais envolvidos tratamento com estudantes uma postura atenta e crítica para as atividades escolares que costumeiramente são realizadas nas escolas. Trata-se de um exercício de desnaturalizar o olhar sobre as Práticas Pedagógicas, buscando certo estranhamento para aquilo que realizamos rotineiramente.

De acordo com o proposto na Lei 10.639/03 e nas Diretrizes Nacionais que a elas estão vinculadas, é necessário dar-se conta que os processos envolvidos na construção da identidade dos sujeitos são permeados por conflitos, tensões que atingem diretamente alunos e professores. São relações que opõem pessoas tentando se afirmar umas com as outras num espaço marcado por discursos hegemônicos, como é a escola. Nesse combate, os modos de construção do “eu”, estão entrelaçados ao modo com o “outro” enxerga esse eu. O problema é que nem sempre essa imagem social é feita de mim e corresponde a imagem que construí de mim mesmo, o que gera um conflito que é coletivo, ainda que muitas vezes pareça individual (GOMES, 2006). Neste contexto, inclui a diversidade nas Práticas Pedagógicas é ter em mente a existência de identidades e diferenças que implicam em processos de

aproximação e distanciamento sobre a criação de identidades estabelecidas pelas diferenças culturais, históricas, políticas e religiosas.

Depois de muitos anos trabalhando em uma Escola Quilombola, percebemos a necessidade de olhar diferente para a Lei 10.639/03, a qual veio para instituir e obrigar o Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e foi no ano de 2004 que o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer que propõe as Diretrizes Curriculares para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

É na expectativa de modificar as práticas cotidianas da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Firmo Santino da Silva, que criamos o propósito de diminuir o comportamento racista na escola como é proposto em Lei, por meio de uma intervenção direta com o corpo docente da mesma. Diante deste fato, esta pesquisa tem como objetivo geral de pensar em conjunto com a comunidade escolar sobre uma proposta pedagógica que possa atender as necessidades étnico-raciais dentro das práticas cotidianas segundo a Lei 10.639/03.

Outro objetivo é conhecer o acervo existente na escola referente a Lei em estudo, e como é utilizado na escola pelo corpo docente. É objetivo também nesta pesquisa organizar os materiais didáticos que correspondam ao propósito nas questões étnico raciais inserindo atividades lúdicas e envolventes para o processo ensino aprendizagem e na construção do eu, possibilitando a inibição de comportamentos racistas cotidianos dentro e fora da escola.

A monografia está estruturada na seguinte forma: o primeiro capítulo A Escola e a Lei 10.639/03 e sua Aplicabilidade em Sala de Aula; É simplesmente o momento para reflexão sobre os saberes, organização de currículos e que assim todos sejam incluídos, e que seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico-racial a que pertencem, a adotar costumes, ideias, comportamentos que lhes são adversos. E esses certamente serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino nas sala de aula em diferentes níveis.

No segundo capítulo, trataremos das Práticas e Ações Pedagógicas para as relações étnico-raciais; Diante da obrigatoriedade da Lei 10.639/03, as Práticas pedagógicas presentes nas Escolas atualmente ainda não são das

melhores, são diversos entraves dificultando o trabalho pedagógico, mas mesmo assim, a pequenos passos vem avançando a prática de acordo com cada realidade.

No terceiro capítulo: Será explorado sobre a contemplação da Lei 10.639/03 na interação do sujeito diante das políticas de ações afirmativas como algumas exposições realizadas na Escola Firmo Santino da Silva.

Para alcançar esses fins fizemos a opção pela abordagem crítica-reflexivo sobre as respostas dos educadores nas vozes de Gomes (2006), Freire (1996) e Rocha (2006) e outros. Em seguida, reflexões sobre a necessidade da contemplação de em nossa Proposta Pedagógica dar maior importância ao trabalho relacionado às questões étnico-raciais para construção do eu e na formação da cidadania valorizando a negritude. Para finalizar elaboramos atividade mensal numa condição coletiva, valorizando a diversidade cultural e interdisciplinaridade na escola.

1 A ESCOLA E A LEI 10.639/03 E SUA APLICABILIDADE EM SALA DE AULA

Ao selecionar materiais para as leituras deste trabalho dentro das expectativas da temática em estudo, observamos o acúmulo de escritos e pensamentos formados para debater sobre a Lei 10.639/03 e suas preocupações do ambiente escolar.

A sociedade civil segue uma trajetória importante na luta contra o racismo e seus derivados. Compreender os mecanismos de resistência da população negra ao longo da história, exige também muito estudo. Já sabemos que a população negra veio para o Brasil para trabalhar, mas já tinha suas próprias histórias no continente africano, a qual somada as suas marcas impressas serviram de base para suas sobrevivência aqui no Brasil.

O fato de muitos desses negros terem fugidos de seus donos e com um tempo conquistaram seus territórios são provas de suas lutas. Nesses espaços conquistados a população negra também deixaram suas marcas tanto na maneira social como em suas formas de organizar suas vidas, costumes e as lavouras.

A religião também é aspecto fundamental para a cultura humana e no caso da raça etnico-africano em terras brasileiras. Por meio desse ímpeto criativo de sobrevivência, pode-se dizer que a população negra promoveu um processo de africanização de religiões de matriz africana.

Cabe-se, portanto, ligar essas experiências ao cotidiano escolar. Torná-la reconhecida por todos os atores envolvidos no processo educacional. No Brasil a fora, e principalmente na Escola Firmo Santino, em especial para os professores e alunos é importante o fazer acontecer, construir um ambiente de igualdade no tratamento humano e dar oportunidades para todos.

A respeito desta situação, Pereira apresenta a posição do Ministério da Educação, que caracterizou tal situação como emergencial, acerca do que consta o tópico 8 dos PCNs:

Urgência social: Esse critério indica a preocupação de eleger como Tema Transversal questões graves, que se apresentam como obstáculos para a concretização da plenitude da cidadania, afrontando a dignidade das pessoas e deteriorando sua qualidade de vida. (PEREIRA; 2007, p.56).

Mesmo assim já percebemos através de leituras e revivenciando experiências escolares que tanto na escola pública como nas escolas particulares, essa temática racial sempre aparece como tema de inferiorização os alunos sinalizam com práticas racistas discriminatórias.

É necessário um olhar atento para a escola, pois ela capta situações que configuram de modo expressivo de atitudes racistas. Nesse espectro, de forma objetiva ou subjetiva a educação apresenta preocupações que vão do material didático pedagógico a formação de professores.

Reafirmando o acima citado, Wedderburn (2005, p. 160), ressalta os novos desafios do professor que terá de lecionar conteúdos voltados para a temática de cultura africana, dessa forma enfatiza:

O (A) professor (a) incumbido (a) da missão do ensino da matéria africana se verá obrigado (a) durante longo tempo a demolir os estereótipos e preconceitos que povoam as abordagens sobre essa matéria. Também terá de defrontar com os novos desdobramentos da visão hegemônica mundial que se manifesta por meio das “novas” ideias que legitimam e sustentem os velhos preconceitos.

Conforme a relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, segue a declaração em torno do combate ao racismo, principalmente nas escolas:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas como objetivo de educação étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciêncianegra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição a participação ea importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser,viver, se relacionar com outras pessoas, notadamente as negras.(Parecer CNE/CP 3/2004, p.16)

O fato das escolas não trabalharem ativamente sobre as relações sociais deixam que a predominância fique sobre os brancos sendo que essa prática prejudica ao negro envolvido nesse cotidiano escolar. Silenciar sobre as questões sociais e raciais não apaga magicamente as diferenças ao contrário permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipados do outro que lhe é diferente.

É necessário conhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar, como também promover o respeito mútuo, o respeito ao outro, e principalmente o reconhecimento das diferenças sem medo, sem receio ou preconceito. Sendo assim é que o Ministério da Educação adotou a medida de implantar a Lei 10.639/03 obrigando uma nova estruturação para os projetos Políticos Pedagógicos com a intenção de combater o racismo em nossas salas de aula. A pluralidade étnica cultural que historicamente caracteriza o Brasil nem sempre é reconhecida, por isso a importância de investir em uma lei que permita a possibilidade de inserção de conteúdos para uma comunidade considerada multiétnica. Para Fernandes:

Apesar desse fato incontestável de que somos, em virtude de nossa formação histórico-social, uma nação multirracial e pluriétnica, de notável diversidade cultural, a escola brasileira ainda não aprendeu a conviver com essa realidade e, por conseguinte, não sabe trabalhar com as crianças e jovens dos estratos sociais mais pobres, constituídos, na sua grande maioria, de negros e mestiços. Nesse sentido, uma análise mais acurada da história das instituições educacionais em nosso país, por meio dos currículos, programas de ensino e livros didáticos mostra uma preponderância da cultura dita “superior e civilizada”, de matriz europeia, (2005, p.379).

Diante de todas as ferramentas de que já dispomos, a Constituição Federal já define como competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção do acesso a cultura, a educação e a ciência. A Educação básica, de competência do Estado, é compreendida pelos níveis: Infantil, Fundamental e Médio, Sendo que o ensino fundamental é de carácter obrigatório e gratuito. Recentemente já comentam que o livro básico revisão nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Contudo, é preciso o investimento de Políticas Públicas que valorizem e trabalhem detalhadamente dentro dos processos da inclusão social.

De acordo com os argumentos de Pereira, um dos pontos principais e que devem ser levados em consideração durante o estudo da África e da cultura afro-brasileira é a diversidade cultural negra dentro do Brasil. Dessa forma, o autor defende que:

No que tange às culturas afrodescendentes, é importante aprendê-las dentro do princípio da diversidade, já que, em função dos diferentes grupos culturais africanos que aportaram no território brasileiro, se desenharam aqui modelos diferenciados de culturas afrodescendentes. (PEREIRA, 2007, p. 59).

Precisamos compartilhar uma visão de escola como ambiente que pode ser de felicidade, de sofisticação, de diálogo, onde possamos de fato desejar estar. Um lugar de conflitos sim, mas tratado como contradições, fluxos e refluxos. Lugar de movimentos, aprendizagens, trocas de vidas, de axé, energia vital. Lugar potencializador da existência, de circulação de saberes, de constituição de conhecimento. Lugar onde, a cultura africana YORUBÁ, BANTU e outras referencia-se a existência, a vida das pessoas que independentemente da faixa etária, de comportamentos, de saúde, etc., pode ser vista como divina.

No ambiente escolar, no Firmo Santino da Silva em Caiana dos Crioulos, as questões sobre o racismo são devem ser abordadas com mecanismos afirmativos e repensados em conjunto, pois, ninguém nasceu racista, apenas se tornou por meio de afirmações negativas, as quais e coisificou o povo africano. É, então devido as afirmações negativas que a escola deva discutir essa temática, mostrando que esse povo não se rendeu aos maus-tratos, perseguições e foram lutando de tal forma até conseguir suas libertações realizar seus sonhos e conquistar seus territórios por meio de lutas foi que conservaram suas tradições culturais e religiosas.

A escola é o lugar para estabelecer esse diálogo afirmativo preservando ou reinventando no sentido de não reforçar um pensamento negativo. Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art.205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direito

para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão, ou profissional.

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL DA ESCOLA FIRMO SANTINO DA SILVA

A Escola Firmo Santino da Silva está localizada na zona rural do município de Alagoa Grande no Estado da Paraíba. Há 13 km de distância da cidade, mais precisamente em Caiana dos Crioulos, área conhecida como Quilombola desde o ano de 2002. É bem visitada por universitários, professores e pesquisadores de todo Brasil e de outros países. Todos os que a visitam se encantam com o lugar longínquo como é, e com as belezas naturais existentes.

A cultura local, como a ciranda, que embeleza as mulheres de Caiana, suas crenças, costumes, falares. Na comunidade existe dois grupos de ciranda, um direcionado por Dona Edite, senhora idosa da comunidade que fala muito bem da história local. O outro grupo da ciranda é direcionado por Cida, que também é a representante da comunidade. Esta atividade permite que muitas alunas da Escola Firmo Santino participem como dançarinas de ciranda.

Existe, também, um grupo de capoeira comandado por Antônio, vulgo Totinha, e um grupo de dança, denominado “A cor da pele”, direcionado pela professora Luciene ex-moradora da Caiana mas que está diretamente ligada à comunidade por laços familiares.

Dois anos depois da construção em 2002, a escola foi crescendo e passou a funcionar com turmas do 6º ao 9º ano. Atualmente funciona nos turnos da manhã e tarde com quatro turmas do Ensino Infantil ao fundamental I, e II, nos turnos da manhã e tarde. São quatro turmas pela manhã e a tarde 6º, 7º, 8º e 9º ano. Tem-se uma equipe de quatro professores de manhã e oito professores no Ensino Fundamental II, todos são pós-graduados em suas respectivas áreas. Existe três vigilantes e duas auxiliares de serviço gerais, todos concursados. O Ensino Infantil e fundamental é formado por 212 alunos.

Apesar de conhecer a obrigatoriedade do cumprimento da Lei sobre o ensino de história Afro-brasileira, não se faz diferente das outras escolas que não trabalham de forma organizada na proposta pedagógica durante o ano letivo. Sabemos que as dificuldades são diversas, a começar pela

desinformação dos professores, gestores e equipe escolar e depois vem o interesse de fazer diferente e dar importância a formação de um povo rico de cultura que faz parte da grandiosidade que é nossa história desde o descobrimento até os dias de hoje a tudo isto incluímos as políticas públicas.

Nesta escola, apesar de sempre parar as aulas para receber pessoas que vem das Universidades para conversar, fotografar, observar e levar a história do Quilombo em comemoração organizada só temos a festa da Consciência Negra em 20 de novembro e até lá cada professor trabalha isoladamente ou quando se organizam para determinadas temáticas socializa-se em forma de culminância.

A escola recebe materiais específicos sobre a Lei 10.639/03 com atividade pedagógicas bem interessante mais uns trabalham o material e outros ignoram, mesmo porque na escola muda de professores e gestores a cada um ou dois anos. Porém, para os professores que já estão na escola há quase 8 anos, existe um conjunto significativo de experiências vivenciadas na escola. Às vezes são realizadas ações isoladas, mas que conseguem disseminar uma sensibilidade no tratamento étnico-racial. Mas, em outras vezes essas ações se limitam apenas as partes envolvidas e não resulta em ações sustentáveis.

Nesse sentido, é imprescindível que as escolas, alunos e professores compreendam a importância de entender cada vez mais a urgência na inserção de conteúdos ligados ao conhecimento das culturas afro-brasileira e africanas, entendendo que:

O Brasil, país multi-étnico e pluricultural, [...]em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhe são adversos. (BRASIL, 2007, p.18)

Portanto é necessário que a Escola, mesmo pequena, faça diferente no âmbito de organizar todo o material didático existente na mesma e busque outros a mais a fim de que elaboremos atividades que sirva de elevação da auto estimados dos educando e que possamos ter uma melhoria na escola

principalmente no que diz a respeito da Lei 10.639/03 que obriga esse trabalho com o intuito de informar, sensibilizar a todos para as questões raciais.

De acordo com Gomes (2003 p. 161), é necessário uma maior compreensão do que significa a produção das diferenças.

Seria importante debatermos mais e compreendermos que as diferenças fazem parte de um processo social e cultural e que não são, simplesmente, mais um dado da natureza. Pensar a diferença é mais do que explicitar que homens e mulheres, negros e brancos, distinguem-se entre si; é, antes, entender que ao longo do processo histórico, as diferenças foram produzidas e usadas socialmente como critérios de classificação, seleção, inclusão e exclusão.

A escola é formada por um número de discentes moradores da própria comunidade e comunidades adjacentes como: Sapé do Julião, Caiana do Agreste, Matinhas, Engenhoca, e Sítio Imbira. Os alunos que recebemos desses locais são do segundo segmento do ensino Fundamental os quais buscam nossa escola para dar continuidade aos estudos e diminuir as dificuldades do acesso.

Dessa forma, compreendendo a educação na perspectiva multicultural, Candau (2002, p. 9) observa:

A instituição escolar está construída sobre a afirmação da igualdade, enfatizando a base cultural comum a que todos os cidadãos e cidadãs deveriam ter acesso e colaborar na sua permanente construção. Articular igualdade e diferença, a base cultural comum e expressões da pluralidade social e cultural, constitui hoje um grande desafio para todos os educadores.

1.2 CURRÍCULO ESCOLAR DIANTE DA LEI FEDERAL NA ESCOLA FIRMO SANTINO DA SILVA

As questões referentes ao currículo tem se constituído em frequente alvo da atenção de autoridades, professores, pais, estudantes e membros da comunidade escolar. Daí podemos ir refletindo, será que existe uma melhor ação que vai definir as decisões do que vai se ensinar em salas de aula. Ou deveríamos nos calar e deixar autoridades competentes a decidir o que deve ou não ser ensinado.

Na verdade, o currículo associa-se as diversas concepções que se ligam aos modos de como a educação é concebida diante dos diferentes fatores socioeconômico, políticos e culturais. Entre tantos fatores podemos observar alguns aspectos como: Os conteúdos a serem ensinados e principalmente aprendidos, as experiências de aprendizagem, os planos pedagógicos elaborados pelos professores, os objetivos a serem alcançados por meio do processo ensino aprendizagem e os processos de avaliação.

Segundo Moreira e Candau (2006, p. 33), torna-se necessário evitar qualquer caráter exótico às manifestações culturais de grupo minoritário, trazendo pessoas especialistas na diversidade cultura afro-brasileira e africana nas escolas para que acentuem avanços nos estudos relacionados a essas culturas:

Líderes desses grupos podem ser convidados a participar das atividades. Exposições e cartazes podem ilustrar trajetórias e conquistas, [...] estamos sugerindo que se explorem e se confrontem perspectivas, enfoques e intenções, para que possam vir à tona propósitos, escolhas, disputas, relações de poder, repressões, silenciamentos, exclusões. A luta contra o racismo, em nosso país, já vem de longe e atualmente a escola é acobertada pela Lei 10.639/03 para fazer essa discursão dando significado a este processo mostrando a resistência dos africanos e seus descendentes, que não se submeteram à escravidão, que se rebelaram e que conseguiram manter vivas as suas tradições.

Sem desprezar esses outros fatores importantes, o que realmente sabemos é que o currículo tem tudo a ver com conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem, sobre as transformações que desejamos inculcar e sobre as identidades que pretendemos construir. Discussões sobre conhecimento, verdade, poder e identidades tudo isso marcam, invariavelmente, as discutidas sobre currículo. (SILVA, 1999).

Diante das várias formas de falar sobre currículo podemos entender como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento em meios as relações sociais e que contribuem para a construção das identidades associadas ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidas com intenção educativas. Isso ocorre por conta das desigualdades sociais no

país, que vem diminuindo com o passar dos anos, mas que ainda requer muito trabalho pela frente, ou como sugere Tonioosso:

(...) as profundas desigualdades de oportunidades o que estava submetida à população afrodescendente no Brasil e explicitam a falácia da democracia racial existente nos diversos níveis do sistema educacional. Essa constatação está em consonância com as históricas reivindicações do Movimento Negro, que influenciaram a aprovação de uma série de mudanças na legislação educacional, incluindo a lei nº 10.639/03 (TONIOSSO, 2011, p.38).

Cabe destacar a palavra currículo em outro contexto Stuart Hall (1997,p. 97), conhecido intelectual caribenho radicado na Grã- Bretanha e um dos fundadores do centro de Pesquisa que o berço dos estudos culturais, na Universidade de Birmingham (Inglaterra), argumenta que:

Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos Mais dinâmicas e mais históricas no novo milênio. Não deve nos surpreender, então que as lutas pelo poder, crescente, simbólica e discursiva, ao invés , simplesmente, uma forma física e impulsiva e muita feição de uma política Cultural. (HALL, 1997. p. 97).

É verdade, é inegável a pluralidade cultural do mundo em que vivemos e que se manifesta na escola e mais precisamente na sala de aula.E na escola Firmo Santino da Silva não é diferente muitos dos alunos já entram na Escola trazendo sua bagagem cultural a qual se mistura aos que ali se encontram e assim dar-se uma diversidades rica de cultura. Isso acontece pelo convívio dos educandos os quais moram com avós, e outros já moram com os próprios pais, pois essa diferença de criação nos lares apresentam também uma certa variedade de costumes e hábitos, que acabam valorizando a cultura negra. E no caso dos que moram com os pais percebe-se uma forma diferente na valorização dos costumes anteriores, mesmo nas formas de agir, castigar os filhos na criação diária, os jovens adolescentes vivenciam essas formas dura na criação. Tal pluralidade causa conflitos que tornam cada vez mais enormes os desafios enfrentados pelos professores e profissionais de educação nas escolas. Porém esses mesmos desafios nos enriquecem e proporcionam

renovação de novas possibilidades de convivência diária e na atuação pedagógica.

Segundo Silva (1995), no que se refere aos currículos escolares, chamou-se a atenção para a falta de conteúdos ligados a cultura Afro-brasileira que estejam apontando para a importância desta população na construção da identidade brasileira, não apenas no registro folclórico ou de datas comemorativas, mas principalmente buscando uma renovação de mentalidades para a compreensão do respeito às diferenças.

Como forma de selecionar e organizar o currículo, os temas culturais trazem para a cena os “conhecimentos subjugados” (Foucault, 1988), aqueles que não foram pensados que poderiam vir a ser constituídos como conhecimento escolares. Por isso, enfocam deliberadamente, questões relativas à gêneros, classe, raça, a etnia, religião, identidade nacional, diferenças sexuais, discriminações de idade, colonialismo, etc; e todos os conhecimentos que costumam integrar a cultura chamada de “popular” (CORAZZA, 1997, p. 127).

Nesse contexto, as práticas pedagógicas devem ser constantemente modificadas, reavaliadas, reorganizadas, para que ocorra uma melhor preparação das atividades desenvolvidas. O docente deve estar preparado para rever a sua postura, dialogar com os alunos, perceber o que faz despertar a sua atenção, para que determinadas temáticas possam ser discutidas de modo consciente.

A concepção de conhecimento para o Quilombola significa pensar em uma formação curricular no qual o saber instituído e o saber vivido estejam contemplados, provocando uma ruptura em um fazer pedagógico em que o currículo seja visto enquanto grade, hierarquicamente organizado, com conteúdos que perpetuam o poder para que determinados grupos os constituam.

Faz-se necessário a emergência de um currículo que se construa a partir das formas mais variadas de construção do espaço físico e simbólico, do território, dos sujeitos, e do meio ambiente.

2 PRÁTICAS E AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA AS RELAÇÕES ETNICORACIAIS

A questão do racismo dentro da prática pedagógica deve ser apresentada à comunidade escolar de forma que seja permanentemente repensada sobre os paradigmas, em especial os eurocêntricos, com que fomos educados, e, em uma comunidade Quilombola como a de Caiana dos Crioulos não podia ser diferente pois cada sujeito local já entra na escola com seus conhecimentos de cultura, agregados aos seus desejos e anseios, daí construímos ações pedagógicas que possa ajudá-los na formação pessoal e cidadã para concretização dos seus sonhos.

Segundo Gonçalves e Silva:

É claro que sentimentos e percepções de superioridade, inferioridade, relações de imposição e de submissão não se constroem nem única, muito menos primeiramente nas escolas. Relações sociais, de modo notável relações de trabalho, relações étnico-raciais fazem parte da vida das pessoas, tanto pela vivência direta, quanto pela experiência de outros que as expõem em relatos, em recomendações. (2007, p. 496)

Entendemos que não existe uma única forma de se estar no mundo, mas múltiplas formas que vão se tecendo conforme os desafios proposto por nós mesmo, pelos outros e pela nossa interação com e sobre a natureza. Nesse sentido, podemos nos apropriar, de fato e de direito, dos instrumentos que nos permitam perceber formas de recriação, invenção, redescoberta, e que nos leve a equacionar o nosso ser e estar no mundo em suas múltiplas dimensões.

Segundo Gomes (2010), o desafio é a resistência por parte de muitos que ainda acreditam em uma falsa democracia racial, não reconhecendo o racismo como algo danoso na escola e na vida de pessoas negras e brancas, não somente da sociedade familiar, mas, principalmente, daqueles que circulam pela escola pública brasileira. Nesse sentido, a autora enfatiza:

Esse contexto inviabiliza o enraizamento da lei. Juntamente com isso, ainda precisamos de políticas públicas mais efetivas que garantam a implementação da lei. Temos em nível macro iniciativas, mas as iniciativas em nível micro ainda deixam muito a desejar. Temos hoje o desafio de enraizar a lei nas práticas pedagógicas e na gestão, tanto no sistema de ensino, nas secretarias estaduais e municipais, quanto nas escolas. A gente tem conseguido alcançar mais professores e professoras do que aqueles que estão nos órgãos de decisão e de poder. Muitas vezes você tem práticas com professores mobilizados dentro de uma determinada instituição escolar, mas as decisões que tomam para implementação das leis e diretrizes são vetadas, inviabilizadas, ou não recebem apoio e, quando você vai ver, tem uma implicação da gestão da escola, da coordenação pedagógica ou da gestão do sistema [...] (GOMES, 2010, p. 07).

Cabe estudar as lutas de resistência a estes processos históricos, de forma a que não continuemos infelizes na condição de Quilombola. O saber escolar é produto de múltiplas determinações, diálogos, atritos, confrontos disciplinares, ou seja, conflitos, tensões e contradições. E sendo assim, nossa prática pedagógicas se confronta com todas essas situações vivenciadas na sala de aula.

No ensino fundamental, temos que trabalhar todas as áreas do conhecimento. É exigido ao professor (a), que tenha reflexão teórica que respalde suas escolhas metodológicas, conteúdos disciplinares socialmente válidos, práticas pedagógicas criativas e qualitativas. No cotidiano escolar estamos sempre as voltas com diários, horários, disciplinas e metodologias. O tempo não é suficiente para planejarmos e avaliarmos nossas estratégias. A troca de experiências fundamental à proposta interdisciplinar esbarra-se nesta visão ocidental do tempo. Este elemento disciplinador, mecanizado e construído socialmente que dificulta nossas ações, que, em geral, sempre falta na hora de sistematizarmos nossos sonhos e projetos, deve ser levado em conta ao construirmos alternativas.

As Leis 10.639/03 e 11.645/08 é simbolicamente uma correção do estado brasileiro pelo débito histórico em políticas públicas em especiais para a população negra e indígena. Neste contexto, a publicação de livros didáticos pertinentes a História da África, Cultura Afro-brasileira e indígena, para o Ensino Fundamental I, torna-se uma alternativa eficaz para o ensino-aprendizagem nas escolas públicas e particulares sobre o ensino das relações étnicos e raciais. Visto que a docência tem questionado em órgãos públicos sobre a carência de livros didáticos para a efetivação das leis supracitadas (SANTOS, 2010, p. 01).

Pensar em uma proposta de aplicabilidade da Lei 10.6339/03 é focalizar e reagir a estruturas escolares que nos enquadram em modelos por demais rígidos. Atentarmos para a interdisciplinaridade nesta proposta é estarmos abertos ao diálogo, à escuta, à integração de saberes, à ruptura de barreiras às segmentações disciplinares estanques. Nesse sentido, Aguiar; Aguiar colocam as seguintes urgências em relação à aplicabilidade da Lei:

As questões relativas a aplicabilidade da lei já foram e ainda são discutidas em diversos eventos científicos envolvendo vários especialistas, resultando em propostas, posicionamentos, materiais de apoio aos professores e outras propostas. Entretanto, infelizmente, ainda encontramos profissionais da educação sem o preparo necessário para trabalhar as questões relativas a História e cultura afro-brasileira e africana (AGUIAR; AGUIAR, 2010, p.94).

A educação brasileira poderá lançar mão de alguns princípios fundantes, concepções filosóficas de matriz africana, recriada nas terras brasileiras, incorporando-os como constituinte do processo educativo, permanecendo todo o currículo da prática escolar. Desta forma, construir e constituir uma pedagogia que possa, realmente, contemplar os valores civilizatórios brasileiros.

Ao professor (a) educador (a), tendo a memória perspectiva, cabe o ofício de selecionar, sistematizar, analisar e contextualizar, em parcerias com seus alunos, e, com toda a comunidade escolar, o que pode ser considerado fato histórico, o que é relevante para um entendimento do processo de histórico de reconstrução da memória que se registra nos livros didáticos e os fatos que são contados e vão se repassando boca a boca. Porém, as ações dos docentes

devem ser realizadas de modo mais coletiva, porque quando isoladas são denominadas “micro-ações”, conforme as observações de Aguiar:

É importante ressaltar que mesmo com a presença de materiais de apoio e as diretrizes curriculares que orientam a sua prática pedagógica, ainda encontramos a atuação de professores de forma isolada, sem o comprometimento da escola como um todo. (AGUIAR, 2010, p.97).

Buscamos então um repertório educacional que caminhe em direção a um ser humano que produza história não apenas a partir de grandes fatos, mas, a partir de relações comunitárias vividas e vivenciadas pelos grupos. Neste sentido, para uma ação desta envergadura se faz necessário um primeiro passo, que é o de promover o conhecimento da igualdade sem limite e profundamente radical entre uma cultura africana e afrodescendente e uma branca. Esses questionamentos devem estar associados ao conhecimento e ao respeito das diversas culturas que formam o país, conforme argumenta Souza:

No meu entender, ao tratarmos de assuntos africanos em geral e História da África em particular, devemos partir do princípio de que temos pouca, ou mesmo nenhuma familiaridade com os temas relativos ao continente africano. Dessa forma, o estudo e a pesquisa são requisitos fundamentais para adquirirmos essa familiaridade e aprofundar o estudo sobre a África. (SOUZA, 2012, p. 23)

Enfatizar as relações entre negros, brancos e outros grupos étnico-raciais no ensino fundamental não nos leva necessariamente a conflitos ou impasses. Há a possibilidade de mediações, de acordos, que permitam uma aproximação de interesses ao mesmo tempo comuns e não-comuns, mas que fundem na negociação.

Portanto, não se pretende pensar uma sociedade como idílica harmônica e sem conflito, uma sociedade que negue as desigualdades sociais, raciais e regionais. Além disso, o que não é simplesmente a troca de uns heróis e divindades por outros, mas uma diretriz educacional que possibilite uma pluralidade de visões de mundo. Um retorno a metáfora de círculo, ou seja, uma forma de conciliação possível e humana em que a voz, o escutar e ser escutado, a presença de todos e todas seja condição fundamental.

Para Munanga, organizador de *Superando o racismo na escola*, coloca a importância do professor e de seu preparo nas discussões culturais de buscar combater o racismo na escola, discutindo e refletindo sobre o tema em sala de aula. Dessa forma, segundo Munanga, o indivíduo terá mais oportunidade de perceber que a falta de conhecimento de leituras apenas demonstra o atraso nas condições de entendimento do outro, sem a possibilidade de aprendizagem. Assim, o autor completa o seu raciocínio, com a seguinte declaração:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã (MUNANGA, 2005, p. 15).

E aqui vale uma pequena abordagem relativa a circularidade. Para a cultura negra (singular ou no plural), o círculo, a roda, a circularidade é fundamental, a exemplo da roda de capoeira, de samba, e como ainda temos na Caiana, o coco de roda e a ciranda. Em roda, pressupõe-se que os saberes circulam, que a hierarquia transita e a visibilidade não se cristaliza. O fluxo, o movimento é invocado e assim os saberes compartilhados podem constituir novos sentidos e significados, e pertencem a todos e a todas. Nesse contexto, Gomes (2003, p. 171) argumenta que a identidade negra se constrói num processo que envolve muitos fatores, conforme depoimento a seguir:

[...] a identidade negra se constrói gradativamente, num processo que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, em que os contatos pessoais se estabelecem permeados de sensações e afetividade e no qual se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente tal processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece. A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/ racial sobre si mesmo, a partir da relação com o outro.

Nesse sentido, segundo Gomes, é muito complicada construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, ou seja, é um desafio que vários negros enfrentam no cotidiano do Brasil, pois o problema do brasileiro é que o seu racismo acontece de uma forma velada.

Na escola a situação fica um pouco censurada, pois professores e coordenadores buscam alternativas para que essas questões sejam superadas. No entanto, também não é um trabalho fácil, visto que os alunos não negros são mais habituados a provocarem os negros, e neste confronto, infelizmente, o racismo ainda é muito presente no ambiente escolar, principalmente nas salas de aula. O desafio do professor é promover diálogos que visem a

2.1 O PROFESSOR E A PRÁXIS PEDAGÓGICA NA APLICABILIDADE DA LEI E NAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS

A Escola Firmo da Silva, apesar de ser uma Escola Quilombola, não temos um currículo com uma proposta pedagógica bem definida para trabalhar de forma organizada envolvendo todas as disciplinas e valorizar a existência da Lei 10.639/03 que obriga esse ensino. É claro que trabalhamos, mas, na maioria das vezes isoladamente, cada professor vai explorando de acordo com os conteúdos ensinados e assim, explora a temática.

Outra dificuldade é a falta do cumprimento mesmo da Lei, que não é diferente de outras tantas escolas. Mas como a nossa é quilombola, já percebemos que está na hora de nós professores mudarmos esta prática e fazer valer o cumprimento da Lei. Essa reflexão veio depois de receber tantos alunos universitários das universidades brasileiras e também de outros países, e, é evidente, que precisamos trilhar de forma mais interdisciplinar e organizada em busca de repassar os conhecimentos relacionados à Lei 10.639/03.

Como a maioria dos professores já são especialistas, então não temos problemas de professores desqualificados. Mas, alguns problemas que afetam na organização do currículo, e ao cumprimento da Lei são as questões política

com a rotatividade de gestores, a rotatividade de professores e, por fim, a dificuldade de acesso. Vale salientar que tem professor que estar nesta escola há 10 anos como eu.

Então, podemos rever nossos currículos a partir das reflexões e aprendizados com nossas próprias experiências, e ganhar qualidades na educação com realizações mais humanitárias, ousadas, que reencontre sentido menos utilitário interagindo com o meio na missão de educar pessoas.

Como forma de valorizar o território da Caiana dos Crioulos, nós sempre organizamos passeios em algumas áreas locais, fazemos trilhas com os alunos, mostrando quantas belezas naturais que temos ao redor de nossa escola e como a comunidade é rica em seu relevo e suas histórias contadas pelas pessoas idosas. Uma bela história é a do Reino Encantado, o qual já fizemos várias trilhas para apreciar as belezas das pedras e dos escritos nela contidas que ninguém consegue ler.

Portanto, cabe a nós professores, colocar em prática o que conhecemos da Lei, valorizando a cultura Negra local e unir aos nossos conhecimentos acadêmicos para assim, nesta soma adquirirmos uma escola diferenciada das demais e que nossos alunos possam sair dela com este conhecimento fomentado.

2.2 O ALUNO E SUAS RELAÇÕES COTIDIANAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Na busca de uma proposta metodológica mais eficaz e atrativa para nossos alunos, temos nos apoiado em alguns projetos para fazer diferente com e encontrando assim, significados, e enriquecimento em nossas práticas envolvendo-os consideravelmente nas atividades da escola. Recentemente trabalhamos com o Projeto Meio ambiente em que toda escola deu um avanço trabalhando juntos ao mesmo tempo realizando atividades de preservação, conservação e valorização. Incluindo uma caminhada que realizamos com os alunos do sexto ao nono ano catando os lixos aos arredores da escola e no caminho que dá acesso ao açude que reserva água para a escola e toda a comunidade, isto foi muito proveitoso.

Nossos alunos são uns guerreiros, com seus sonhos, compromissos, afazeres e anseios. A maioria vê na escola uma forma de descanso e lazer.

Poucos percebem a escola como futuro promissor. Para nossos alunos é necessário uma forma de futuro urgente, existe uma pressa de realizações pessoais. E diante deste mundo capitalista e materialista não poderia ser diferente. Perdemos constantemente nossos alunos para os trabalhos no campo com os pais e depois para outros trabalhos informais com mão de obra barata e desqualificadas em que deixam a escola por um determinado período e logo depois voltam e o prejuízo desses dias perdidos eles nem se incomodam, então essa situação atrapalha demais.

Ainda encontramos as dificuldades com os alunos que moram muito distante da escola e as vezes vem a pé, por falta de transporte que tem se quebrado ou que as estrada não dão condições é bem complicado pois nossa escola funciona com muitos alunos vindos da vizinhança. Diante de todos atropelos temos encontrado outros alunos que pensam educação para o futuro e, isso nos alegra, mas quando menos esperamos esses alunos vão e se casam. O casamento na comunidade, é de honra. Acontece muito casamento na Caiana dos Crioulos e, assim, deixam de estudar.

Como testemunho do sucesso educacional temos” uma “ professora que foi aluna da escola, e atualmente trabalha na lá mas, não mora mais na comunidade se mudou para a cidade. Então isso faz falta. Temos outro professor vizinho da escola que foi aluno de lá e, também não trabalha na escola porque é concursado em outro município. E os demais ex-alunos encontram suas realizações pessoais quando vão para o Rio de Janeiro.

A escola, atualmente funciona com o Mais Educação que incluiu os alunos do sexto ao nono ano. Programa que funciona em muitas escolas do Município, às vezes de forma precária pois chegou o programa, mas e as estruturas para esses alunos descansar depois do almoço? Em nossa escola oferecemos o banho e almoço para os que moram distantes sendo que esta permanência não garante uma melhoria de desempenho como um todo.

Temos uma merenda escolar normal sem alterações do cardápio, às vezes falta essa merenda. Na seca temos problemas de água para escola, até mesmo pelo difícil acesso em relação distância da cidade, mas nossos alunos gostam muito da merenda e do tempero reconhecido até na própria comunidade.

Seria necessário uma bolsa de estudo para apoiar e incentivar os alunos de destaque para que todos fossem em busca desse desempenho também e garantisse a permanência deles em sala de aula para que nós não os perdêssemos para outros trabalhos. Atualmente nossos alunos ao completar 16 anos já compram a passagem para o Rio e vão embora. Sendo que alguns pouco tempo depois volta e retornam para a escola e nós é que temos que encontrar uma forma de não prejudicar esses alunos, isso não é fácil.

3 A CONTEMPLAÇÃO DA LEI 10.639/03 E A INTERAÇÃO COM O SUJEITO

Em janeiro de 2003, foi promulgada a Lei 10.639. Fruto de lutas históricas do movimento Negro Brasileiro, as indicações contempladas pela Lei já apareciam no Congresso Nacional do Negro Brasileiro na década de 1950.- cujo documento final continha entre suas recomendações “o estímulo ao estudo das reminiscência africana no país, bem como das a remoção das dificuldades dos brasileiros de cor, e, posteriormente, os anos de 1980, foi apresentada como projeto de Lei na constituinte de 1988 e sua aprovação reivindicada na Marcha Zumbi em 1995. Sua aprovação visa alterar a Lei de diretrizes da Educação, assumindo o papel do mundo da educação como fundamental na reprovação e na reversão do quadro de desigualdades raciais na Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Sancionada num contexto delineado pela emergência de um renovado debate sobre as relações raciais no Brasil, agora marcada pela pauta das desigualdades raciais, e tensionada pela necessidade de posicionamentos concretos e políticas públicas por parte do Estado, a Lei surgiu como um instrumento que o Movimento Negro conquistou para pausar suas demandas no mundo da Educação, justamente com a discussão sobre a reserva de vagas nas Universidades. No caso, sua demanda não pela igualdade de acesso a educação em todos níveis, mas de releitura de visões de mundo hegemônicas no campo que se define como sendo de formação humana. É aí que se trava um embate crucial, o debate sobre o qual a interpretação que se dá a Lei.

Há uma tendência a se ver a aplicação da Lei como a introdução ou acréscimo de alguns conteúdos e / ou disciplinas, tanto no básico quanto no superior. Existe também uma tendência à redução do escopo da Lei como tendo impacto nas disciplinas de História, Arte e um pouco na literatura, como se as outras disciplinas não tivessem na a contribuir em torno de suas questões.

O que diversos setores vêm sinalizando, entretanto, é que a Lei é um instrumento para reposicionar o negro no mundo da Educação. Segundo esta

leitura, História e Cultura Afro-Brasileira, compreendendo História da África, a Cultura Negra. São na verdade instrumento de construção de outras visões de mundo alternativas à eurocêntrica que domina a nossa formação ou instrumentos para a construção de visões plurais, e, não apêndices, conteúdos, a mais que devem ser e trabalhados em momentos específicos como o dia 13 de Maio, ou mesmo o de 20 de Novembro que é citado pela Lei.

De acordo com a Lei, neste sentido, não indica apenas inserir conteúdos, mas, fundamentalmente também, rever conteúdos que ocultam mais do que revelam, que silenciam mais do que mostram, rever práticas e posturas, rever também conceitos e paradigmas no sentido da construção de uma educação antirracista, uma educação para a diversidade e para a igualdade racial. Esta missão envolve, portanto, uma pauta diversificada e complexa, de que, chamamos a atenção a três vertentes de intervenção: a coordenação das relações cotidianas no âmbito escolar. A transversalização da temática racial pelas diferentes disciplinas, com a revisão de materiais didáticos; e a utilização de métodos e técnicas pedagógicas alternativas quando necessárias. Desta forma, a Lei 10.639/03 visa, portanto, reposicionar o negro e as relações raciais no mundo da educação. Aspectos que estão presentes no processo de educação – que é o campo da educação humana.

3.1 AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS

As políticas de ações afirmativas suscitam uma grande polêmica em todas as sociedades em que se propõem medidas concretas para sua implementação. Entre nós também estão provocando intensos debates. Esse fato é em si mesmo positivo, pois desvela inúmeros aspectos ligados à própria construção histórica.

A partir deste ponto a Escola cria perspectivas de debates relevantes, e nesse processo o estudante passa a entender o outro de forma coletiva, ou seja, com o aprofundamento do conhecimento sobre outras culturas e formas de pensamentos. Ainda sobre a importância da aplicação da Lei em sala de aula, o

MEC enfatiza que para fazer valer a lei, é necessária a participação e colaboração de toda a sociedade, assim constituirá em uma responsabilidade de todos, e não somente do professor:

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer, que junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional. (BRASIL, 2004, p. 27)

No entanto, para que não se transforme em um debate estéril, é necessário, em primeiro lugar, que nos situemos diante do conhecimento desses sujeitos históricos que muitas vezes foram relegados e negados ao longo da nossa história, do reconhecimento da sua contribuição para a construção dos países Latino-americanos, do Brasil, para configurar-nos culturalmente.

Esse reconhecimento é fundamental, mas não basta. Não é suficiente um reconhecimento teórico ou formal, expresso em declarações meio retóricas. Esse reconhecimento tem de ser acompanhado de políticas de valorização, de políticas de acesso a oportunidades, de política de acesso ao poder, que são fundamentais para que esse sujeito histórico tenha uma plena cidadania na sociedade.

É nesse horizonte que se situe as políticas de ações afirmativas, orientadas a favorecer determinados grupos que tiveram suas oportunidades de acesso a recursos e bens da sociedade negadas ou minimizadas ao longo da história.

Um são as cotas nas Universidades Públicas, que de início causou polêmica, mas agora, todos já se acostumou com a reserva de vagas para os alunos oriundos das Escolas Públicas. Essa medida veio, evidentemente, ampliar as possibilidades dos alunos e alunas das classes populares onde o número de afrodescendentes é elevado, a ingressarem no ensino superior, expandindo assim suas oportunidades educacionais.

As políticas de ação afirmativa estão voltadas para, numa sociedade marcada pela desigualdade e fortes mecanismos de exclusão, favorecer o

acesso às mulheres, à população indígena, aos afrodescendentes ou outros grupos excluídos ou objeto de discriminação na nossa sociedade, a direitos básicos inerentes a todos os seres humanos. Segundo Guimarães(1999:180)

Não podemos continuar a dispensar um tratamento formal igual aos que, de fato, são tratados como pertencentes a um estranhamento inferior. Políticas de ações afirmativas têm, antes de mais nada, um compromisso com o ideal de tratarmos todos com iguais. Por isso, é preciso em certos momentos, em algumas esferas sociais privilegiadas, que aceitemos tratar como privilegiados os desprivilegiados.

Nessa questão o papel da educação, assim como os meios de comunicação social, são fundamentais. Trabalhar a questão do imaginário coletivo, das representações das identidades sociais e culturais presentes na nossa sociedade é um aspecto especialmente relevante.

Outra dimensão dessa problemática que vem adquirindo ultimamente atenção nesse debate, diz respeito não somente às condições de acesso de determinados grupos a direitos e recursos disponíveis na sociedade, como diz também as políticas orientadas a favorecer a permanência dessas pessoas em contextos específicos em que têm de enfrentar muitas dificuldades. Nessa perspectiva, processos educacionais que visam ao empoderamento desses grupos são de especial importância. Em se tratando dos alunos da Escola Firmo Santino seria também necessário uma política pública de valorização o aos estudantes para que pudessem se manter na escola e cursar o ensino fundamental, médio e ingressar na universidade.

Ainda considerando as questões educacionais como elemento fundamental na criação humana podemos também destacar o processo de democratização na sociedade. Em geral, temos uma visão muito formal da democracia, onde a cidadania quase se manifesta exclusivamente através do exercício dos direitos políticos, da cidadania formal.

Evidentemente esses são os elementos fundamentais, mas hoje em dia, temos de ampliar o sentido da cidadania e incorporar a reflexão sobre a cidadania cultural, uma cidadania que desnaturalize o “mito da democracia racial”, ainda tão presente no nosso imaginário coletivo, reconhece as diferentes tradições culturais presentes numa determinada sociedade, é capaz

de valorizá-las e fazer com que essas diferentes tradições tenham espaços de manifestações e representação na sociedade como o todo.

3.2 AÇÕES E EXPOSIÇÕES: VIVÊNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE AFIRMAÇÕES IDENTITÁRIAS

A Escola Firmo Santino da Silva, possui alguns livros que nos auxiliam na práticas diversificada. Na escola. Podemos encontrar os seguintes livros: Estórias Qilombolas, coleção caminhos das pedras; Coleção Yoté (o jogo da nossa História, livro do aluno e do professor); Caderno de metodologias saberes e fazeres; A cor da Cultura; Revista Herói Brasileira (João Cândido 2010 centenário da revolta da chibata; A África está em nós, (História da Cultura Afro-Brasileira); Livros sobre Saúde; (Gestantes Negras; José Antonio Novaes Silva). E por fim ainda temos o livro Mãos que Acolhem Vidas de Djair Dias.

No uso casual desses matérias enriquecemos as metodologias nos planos de aulas e endossamos a construção do próprio eu reconhecendo exemplos fortes das lutas que são apresentadas em cada um dos materiais utilizados.

Em ou alguns outros momentos, podemos ainda utilizar os mesmos materiais para trabalhar em grupo realizando atividades para comemorações de datas festivas e, unidos. Transformamos a rotina diária em algo que reviva a cultura local, valorizando assim, cada ser ali presente objetivando o reconhecimento humanitário em função da igualdade social.

A escola também recebe o apoio da Secretaria de Educação Municipal trabalhando os projetos vinda da mesma, os quais enriquece o currículo, como foi o de leitura no qual trabalhamos com leituras e dramatização de estórias e contos Afro, fazendo assim, a reconhecimento da própria cultura.

A Secretaria de Educação e Cultura do Município nos ofereceu um curso de Aperfeiçoamento e Formação Continuada para Professores Quilombola, o qual nos capacitou, deu-nos alguns suporte e ferramentas de trabalho no que diz respeito de atividades para nossa clientela, pois é um público desfavorecido de materiais, nossos planejamentos são individualizado sem acompanhamento pedagógico e quando alguém diz que vai nos acompanhar não dá certo, pois

temos uma realidade bem complexa que nós professores é que temos conhecimento de causa.’

Depois da aplicação do questionário com os professores do ensino fundamental II, da escola Firmo Santino da Silva, percebemos a necessidade de fazermos um trabalho mais multidisciplinar envolvendo o estudo da Lei 10.539/03 de forma mais organizada periodicamente que reforce a temática no contexto escolar.

Apesar de uma realidade complexa, nós professores que estamos lá há oito ou dez anos, não queremos sair da comunidade e ensinar em uma outra escola, pois, cada aluno que sai da escola no nono ano, está levando um pouco de nós. E, muitos deles ainda encontramos na cidade no Ensino Médio, só que quando menos esperamos esses alunos desistem de estudar e vão embora para o Rio de Janeiro ou para São Paulo. Então, com nossa experiência de sala de aula na Escola Firmo Santino, temos que fazer acontecer as diversas formas de avaliação, pelas dificuldades de acesso da escola, por entendermos que aqueles alunos muitas vezes precisam de trabalhar para ajudar os pais, outros moram com os avós, e tantas outras adversidades que lá encontramos.

Todos os professores de todas as disciplinas procuram trabalhar seus conteúdos de forma mais humanitária do que acadêmico, tentando oferecer subsídios afetivos para que o aluno não deixe de estudar. De tudo que ensinamos precisamos nos colocar em testemunhos vivos para eles mostrando que estudar não é fácil para ninguém e nem para eles, mas é necessário ter coragem para seguir na vida acadêmica e tudo valerá a pena.

A Escola Firmo Santino da Silva tem suas dificuldades, mas tem seus dias de glórias. Já tivemos um IDBE Zero. E deu o que falar, mas com nossos esforços e apoio dos gestores que lá passaram e a Secretaria de Educação temos resultados melhores nos últimos anos de avaliação. E a Escola está melhorando, mas falta uma política pública maior que pudesse oferecer bolsa de estudo para os melhores alunos e incentivar assim, nosso alunado a acreditar que estudar tem futuro.

A comemoração do dia da Consciência Negra, é bem vivenciado na escola como também na comunidade, através do apoio da Secretaria de Educação e Cultura do Município que faz acontecer atividades diversificadas

no âmbito dos diversos aspectos que envolve o povo daquela comunidade que se deleita nas atividades que duram um final de semana inteiro. E nós professores nos envolvemos nas mais diversas formas.

Assim, para nós professores que fazemos o Firmo Santino, nos sentimos satisfeito em trabalhar numa comunidade tão rica em cultura e tivemos o prazer de estarmos contribuindo para o crescimento de cada um que por lá tenha passado. Se não aquela riqueza material que está aos olhos de todos, mas pela contribuição do conhecimento acadêmico e social engrandecendo cada um para enfrentar a vida e tornar-se uma pessoa de bem, com sabedoria pessoal compreendendo o outro como a si mesmo. E que a riqueza deixada por cada um de nós professores seja percebida apenas pelos olhos do coração.

CONCLUSÃO

Ao finalizar a pesquisa, percebemos que diante das reflexões feitas nas leituras, nossa prática precisa ser melhorada através novas ações, multidisciplinares envolvendo os conhecimentos acadêmicos dentro de uma tentativa de analisar cada realidade e proporcionar um espaço agradável que convide nosso alunado a entender o quanto é importante estudar e enriquecer a vida valorizando cada conhecimento cultural trazidos de suas raízes.

Vendo que a escola possui uma vantagem de ser uma das instituições social, e nela encontramos as diversas culturas, ela é também um espaço sociocultural marcado por símbolos, crenças, rituais e culturas de valores essas possibilidades do espaço educativo escolar precisa ser vista na suas riqueza, no seu fascínio.

Refletir sobre a escola e a diversidade cultural dentro da escola e na comunidade, significa reconhecer as diferenças, respeitá-las, aceitá-las e colocá-las na pauta de nossas reivindicações, principalmente no processo educativo. Esse reconhecimento não é algo fácil e romântico. Nem sempre o diferente nos encanta, muitas vezes nos assusta, nos desafia, nos faz olhar para nossa própria história, nos leva a pensar em nossas ações como educador, em opções políticas e individuais e os nossos valores.

Os educadores são também profissionais da cultura e não de um único padrão de aluno, de currículo, de conteúdo, de prática pedagógica, de atividades escolares. Nesse sentido podemos concluir afirmando que a reflexão sobre a prática diante da Lei 10.639/03 nos conduz a repensar nosso cotidiano e o papel do professor na escola e sala de aula.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº10.639 de 9 de janeiro de 2003.Ministério da Educação.**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** MEC/SECAD. 2005.

BRASIL. **Marcos Legais da Educação Nacional.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.

CANDAU, Vera Maria. **Sociedade, educação e Culturas.** Petrópolis. RJ: Vozes. 2002.

CORAZZA, Sandra Mara. Planejamento de ensino como estratégia de política cultural. In: **Currículo: questões atuais.** 14^a ed. Campinas/SO: Papyrus, 1997.

DIRETRIZES curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

FERNANDES, José R. **Ensino de história e diversidade cultural:** desafios e possibilidades.Cvad. Cedes, v.25, n.67, p378- 388, Campinas, 2005.

GOMES, Nilma L.Trabalho docente, formação de professores e diversidade étnico-cultural. In: DALILA, Andrade Oliveira (Org.).**Reformas Educacionais na América Latina e os Trabalhadores Docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GOMES, Nilma L. Diversidade e Currículo. In: **BRASIL. Indagações sobre o currículo do ensino fundamental.** 17 ed. Ministério da Educação, Salto para o futuro. 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Implantação da lei 10.639 esbarra na gestão do sistema e das escolas.** In: **Revista Nação Escola**, n.2 – NEN (Núcleo de Estudos Negros), Florianópolis-SC:ATILENDE, 2010.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Revista Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

MOREIRA, Antonio F. B.; CANDAU, Vera M. **Currículo, conhecimento e cultura.** In: MOREIRA, A. F.; ARROYO, M. Indagações sobre currículo: currículo do ensino fundamental. Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica (MEC), 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** 2 ed. Revisada. Brasília:Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,2005. Disponível em: < <http://www.uel.br> > Acesso em: 29 de junho de 2014.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola:** questões sobre culturas afro-descendentes e educação. São Paulo, 2007.

SANTOS. Ubiraci Gonçalves dos. **Livros didáticos:** contribuição para aplicação no ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em instituições de ensino públicos e particulares. Juris way, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu e MOREIRA, A. F. **Territórios contestados:** O currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, Marina de Mello e. **Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de história da África.** Revista História Hoje, v.1, 2012.

TONIOSSO, José P. **Ensino de história e cultura afro- brasileira:** da legislação à prática docente. 2011.165 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas Bases Para o Ensino da História da África no Brasil. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.